



**PREFEITURA DE ANÁPOLIS**  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCESSO LEGISLATIVO

Ofício nº 14 /2011-PL

Anápolis, 03 de maio de 2011.

Exmo. Sr. Dr.  
Vereador **Amilton Batista Faria**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Anápolis  
N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. e dignos vereadores, para apreciação do Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 11 /2011, que “*Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, através do Banco do Brasil S/A na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas*”.

**JUSTIFICATIVAS**

Por força do disposto no inciso XII, do parágrafo único, do art. 49 da Lei Orgânica do Município de Anápolis, é que promovo a remessa deste Projeto de Lei Complementar para criação de uma norma autorizando o município contrair empréstimo.

O Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT é pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinado à modernização da administração tributária e à melhoria da qualidade do gasto público dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentado, visando a melhoria da qualidade e redução do custo praticado na prestação desses mesmos serviços nas áreas de administração geral, assistência à criança e jovens, saúde, educação e de geração de oportunidades de trabalho e renda.

As características do PMAT são:

- Prazo: Até 96 meses
- Carência: Até 24 meses
- Teto: R\$ 36,00 por habitante
- Encargos: TJLP +1,9% (spread BNDES)

Anápolis, 03 de maio de 2011.  
Assinatura: Remo  
Data: 02 / 05 / 2011  
Hora: 10:30



**PREFEITURA DE ANÁPOLIS**  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCESSO LEGISLATIVO

- Garantias: a critério do Sistema BNDES
- Comissão Mandatário: 3% Taxa flat \* (destina-se a remuneração do Banco do Brasil S.A. para conduzir a operação até a liquidação).

Para cumprir os ditames legais, espera-se o apoio dessa Casa de Leis, com a consequente aprovação da presente matéria em caráter de **URGÊNCIA**.

Atenciosamente,

*Antônio Roberto Ottoni Gomide*  
PREFEITO DE ANÁPOLIS

*2*



PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCESSO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à comissão de  
Constituição, Justiça e Redação

em 03/05/11 11:40

Presidente

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 03 DE MAIO DE 2011**

PROTOCOLO Nº	063
Data	03/05/11 11:40 Horas
SERVIÇO DE EXPEDIENTE	<i>[Assinatura]</i>

*Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, através do Banco do Brasil S/A na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, até o valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

**Parágrafo único.** Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no *caput* serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no Programa, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 2º.** Para pagamento do valor principal e dos juros e outros encargos da operação de crédito fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

**§ 1º.** No caso dos recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar e, posteriormente, transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S/A, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

**§ 2º.** Fica dispensada a emissão de nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do § 1º, do art. 60, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

*[Assinatura]*



**PREFEITURA DE ANÁPOLIS**  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
PROCESSO LEGISLATIVO

**Art. 3º.** Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita ou em Créditos Adicionais no Orçamento do Município.

**Art. 4º.** O Orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do Município nos projetos e nas despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei Complementar.

**Art. 5º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE ANÁPOLIS, 03 de maio de 2011.**

  
**Antônio Roberto Otoni Gomide**  
PREFEITO DE ANÁPOLIS

  
**Andréia de Araújo Inácio Adourian**  
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

  
**José Roberto Mazon**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA